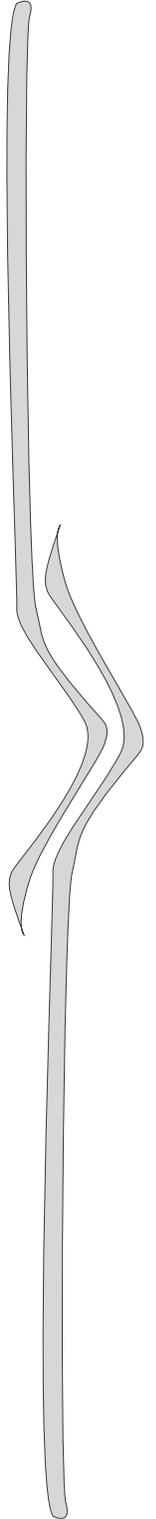


Entrevistas



Entrevistas

Com a finalidade de discutir a *potência da diferença* no âmbito da formação psicanalítica, o *Jornal de Psicanálise* entrevistou duas das sociedades componentes da Febrapsi que foram pioneiras em projetos de ações afirmativas para a entrada de indígenas, negros e negras nos seus Institutos de formação: a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) e a Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPDEPA).

Lúcia Palazzo, com a colaboração de Wania Cidade e Ruth Lerner (SBPRJ), Ane Marlise Port Rodrigues e Eliane Nogueira (SBPDEPA), a quem agradecemos a disponibilidade de participar desta entrevista, compartilharam conosco suas experiências e reflexões no processo de implementação de suas ações afirmativas antirracistas.

SBPRJ

Lúcia Maria de Almeida Palazzo

Presidente

Wania Maria C. F. Cidade

Coordenadora da Comissão de estudos críticos sobre relações raciais e pensamento afrodiaspórico – descolonização do pensamento

Ruth Lerner Froimtchuk

Coordenadora da Comissão de Seleção do Instituto de Formação

JP – *Gostaríamos de ouvir sobre o que gerou a movimentação para o “Projeto Racial/Social – Acesso Ampliado à Formação Psicanalítica no Instituto de Formação” e o que fundamentou tal decisão.*

SBPRJ – Agradecemos à Berta Hoffmann Azevedo e à equipe do *Jornal de Psicanálise* pelo convite e pela oportunidade de conversarmos sobre as mudanças em curso na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ).

Ao longo de muitos anos, a SBPRJ dedicou-se aos temas de interesse psicanalíticos com base em sua interioridade, investindo fortemente na transmissão, em seus pilares, na investigação clínica, na difusão e no desenvolvimento do pensamento psicanalítico – com uma literatura (referência prioritariamente) eurocêntrica. Foram anos em que nos mantivemos

afastados dos acontecimentos sociais e políticos, embora estes façam parte do corpo teórico psicanalítico, assim como a influência da cultura na subjetivação dos sujeitos.

Por volta dos anos 1990, dois colegas se uniram e iniciaram importantes reflexões a respeito das dificuldades da população, preocupados com os graves problemas sociais e com as suas repercussões na comunidade. Vale dizer que foi pela Clínica Social que entraram em contato com as privações vividas pelos pacientes e, em 1999, criaram o “Projeto Comunidade”. Foram alguns anos dedicados a essa iniciativa com a realização de inúmeras ações: atendimento aos familiares de portadores de fibrose cística ou mucoviscidose, atendimento às crianças do “Projeto Viva Cazuzá”, atendimento a ex-presidiários, atendimento a jovens infratores e a meninos de rua etc. Enfim, um importante movimento que culminou no Programa de Psicanálise e Interface Social (Propis), atual Departamento de Comunidade e Cultura, que entre os inúmeros projetos que abrigou, mantém, até hoje, o premiado “Projeto Travessia”, além da interface com a cultura em diversos âmbitos. Outra iniciativa bem-sucedida é o programa “Perguntar e Pensar”, com a parceria da Rádio MEC, também premiado no Congresso da IPA, ocorrido em Londres. Entretanto, são anos de árduo trabalho para vincular os psicanalistas às questões sociais e, ainda hoje, encontram resistências.

Com efeito “a psicanálise inovou de forma radical e irreversível o modo de escutar a cultura, os fenômenos sociais e a coisa política (Betty Fuks, 16/08/21, SBPRJ)”, mas há que se estar radicalmente aberto para as análises que vão além do consultório particular e, no que diz respeito às relações raciais no Brasil, o silêncio imperou durante a maior parte do período de existência da instituição. O pensamento crítico com respeito ao racismo ainda é muito recente, assim como o nosso processo de conscientização. Como dizem os estudiosos de Bion, “o pensamento precede o pensador” e, nesse sentido, o incômodo e a complexidade das desigualdades forjadas pela nossa história colonial e escravista estiveram, desde o início da República, consciente ou inconscientemente, pairando em nossas relações e estruturas institucionais sem encontrarem um pensador. Contudo, encontraram lugar para pousar nas mentes mais ligadas ao sofrimento coletivo e individual, e à influência da realidade social, cultural e econômica do país.

A propósito de um antigo sonho de aproximar o Brasil de nossas raízes africanas e de criar um centro aliado na África de Língua Portuguesa, Pedro Gomes, ex-presidente da SBPRJ e da Febrapsi, Ney Marinho, atual diretor

do Instituto de Formação Psicanalítica e ex-diretor científico da Febrapsi e Wania Cidade, ex-presidente e atual diretora da Diretoria de Comunidade e Cultura da Febrapsi, há mais de 10 anos, introduziram a temática do racismo no universo psicanalítico. Antes disso, Wania Cidade, já ventilava o assunto entre amigos, denunciando o silenciamento com referência à ausência de negros nos institutos.

Desde a gestão de Pedro Gomes, 2009/2010, foi instituído no calendário oficial da SBPRJ o Dia Nacional da Consciência Negra. O debate não encontrou adesão imediata, mas um pequeno número de colegas incentivou esse movimento institucional que viria a se tornar a semente para os passos firmes que, paulatinamente, vêm sendo consolidados. Iniciamos com eventos científicos anuais para reflexões com mesas de debates sobre o racismo estrutural. Em 2011 realizamos uma “Caravana para África”, a convite do Ministério da Saúde de Moçambique, para a realização do então embrião Congressos de Psicanálise em Língua Portuguesa. Em Maputo, pudemos vivenciar uma linda experiência de troca em contato com a cultura local, com os estudantes e com profissionais sedentos de conhecimento psicanalítico.

Certamente, a movimentação desses colegas envolvidos gerou uma onda de reflexões e questionamentos acerca da ausência de negros e negras dentro dos institutos de formação e do silêncio em relação às práticas racistas e excludentes da sociedade. Recentemente, um grupo de analistas, capitaneados por Wania Cidade, passou a estudar autores negros ou estudiosos sobre os efeitos do racismo no Brasil, como Grada Kilomba, Achille Mbembe, Frantz Fanon, Lia Vainer Schucman, entre outros, e a convidar conferencistas negros para ampliar nosso conhecimento em relação ao racismo, à branquitude, e suas consequências psíquicas, com base em relações de poder que repetem, sistematicamente, a nossa história original como Nação.

A responsabilidade social da SBPRJ, pouco a pouco, ganhou expressão, agora, tentamos sedimentar as bases éticas para que a prática psicanalítica entrelaçasse o individual com o coletivo. O abismo da desigualdade econômica e da segregação racial é um escândalo humanitário que devemos combater.

Nesse sentido é importante recolocarmos a questão do racismo, pois não é um fenômeno cujo dever de combate caiba à população negra, mas é um problema que todos precisamos enfrentar, especialmente nós, brancos. Para começar, precisamos nos racializar e romper com a estrutura de poder colonialista que se protege com pacto narcísico no qual os brancos mantêm seus privilégios. Esta lógica da branquitude de suposta universalidade,

manutenção dos mecanismos de poder e de privilégios, conta com a cumplicidade de boa parte da sociedade brasileira.

No momento, estamos em um ponto de inflexão da maior importância, pois realizamos na primeira Assembleia Geral Extraordinária, em janeiro de 2021, a votação da redação de regulamentação do “Projeto Social/Racial – Acesso ampliado à formação psicanalítica no Instituto de formação para negros, indígenas e refugiados”. É importante esclarecer que o aspecto social da proposta faz um recorte para aqueles que comumente ficam excluídos dos processos de seleção pela questão econômica. Decisões fundamentais sobre a gratuidade da mensalidade, cursos e eventos, análise de formação oferecida por membros efetivos com valores firmados pela dupla analítica e dentro das possibilidades financeiras do postulante. No primeiro semestre iniciamos a campanha de divulgação das inscrições para a formação, culminando com entrada da primeira turma de bolsistas em 6 de agosto de 2021. Portanto, o projeto já é uma realidade e sabemos que estamos diante de um imenso desafio de reparação histórica e de reconhecimento da nossa branquitude que, consciente ou inconscientemente, não promoveu o acesso desses sujeitos ao conhecimento psicanalítico no seio das nossas instituições.

JP – Vocês mencionaram as resistências, poderiam nos contar se houve argumentos em oposição ao projeto e quais foram?

SBPRJ – As resistências institucionais, geralmente, são apresentadas sob o manto da economia, da dificuldade de arcar financeiramente com projetos sociais, evitando aprofundar a questão das relações raciais em foco. O mito da democracia racial no Brasil encobriu o racismo entranhado na sociedade brasileira e o projeto de embranquecimento da população com a miscigenação dos povos indígenas e africanos. Não existe uma oposição explícita, mas sentimos a ausência de interesse de uma parcela dos membros ao realizarmos reuniões administrativas que tratem do tema, e constatamos que os cursos e os eventos têm pouca participação dos membros, os presentes são frequentemente os mesmos. Então, é importante frisar que a aprovação e implementação do projeto significa que aceitamos correr os riscos inerentes ao enfrentar o racismo estrutural dentro da nossa instituição.

JP – Houve algum tipo de pesquisa sobre a demanda de pessoas negras para a formação na SBPRJ?

SBPRJ – Não houve pesquisa prévia. Estamos com uma consultoria para nos auxiliar a estruturar um planejamento futuro nesse sentido da pesquisa, orientando, colhendo dados, realizando grupos de estudos e registrando os fatos históricos.

JP – Como o projeto se realiza na prática? Quem pode participar, como ocorre a divulgação e seleção de candidatos?

SBPRJ – Iniciamos as inscrições e abrimos o acesso à formação psicanalítica na SBPRJ para profissionais de qualquer categoria de formação, mediante a apresentação de um certificado de conclusão de curso superior, desde que evidenciassem algum contato prévio com a psicanálise em termos de um interesse experimentado com base em vivências pessoais ou profissionais. Não haveria uma exigência prévia de análise pessoal, mas seria devidamente avaliado o desejo de empreendê-la como parte de um projeto pessoal e não unicamente pautado pelas aspirações profissionais. Levamos em conta, também, as motivações que levaram cada um desses postulantes a buscar uma formação psicanalítica em nossa Instituição (descritas na mesma ficha de inscrição).

A divulgação de que nossa Sociedade abriria vagas para bolsistas, sem ônus no pagamento da inscrição e das mensalidades, e oferecimento de análises de formação a baixo custo, trouxe um número muito grande de inscritos. Na ficha de inscrição, já havia a indicação de “bolsas Raciais/Sociais” podendo ser requeridas.

Encerramos a divulgação nos canais e mídias institucionais no final de maio, para depois iniciar o processo de seleção. O período de divulgação envolveu muitos membros e alunos que gravaram vídeos sobre a formação, com testemunho pessoal sobre a própria experiência na Instituição. A campanha foi muito emocionante, pois revelou a paixão de cada membro pela psicanálise e o comprometimento com os nossos projetos, ou seja, o Departamento de Publicação e Comunicação trabalhou intensamente no planejamento dessas ações.

As entrevistas do processo de seleção foram conduzidas com os mesmos critérios psicanalíticos com os quais sempre nos norteamos, quais sejam avaliações da subjetividade desses postulantes, em termos da capacidade de se auto-revelar em suas histórias de vida, no contato com seu mundo interno expresso em emoções, sofrimentos, transformações e aspirações. Independente de terem passado, ou não, pela experiência de análise pessoal, estava sendo avaliado de que maneira estariam sensibilizados para

iniciar esse processo como parte de um projeto de formação psicanalítica naquele momento de suas vidas.

JP – Vocês mencionam que ao candidato a bolsista não seria exigido tempo prévio de análise pessoal. Esse é um critério mantido aos demais postulantes à formação na SBPRJ? Há critérios diferentes de ingresso? Como são pensadas essas diferenças e os riscos de criação de dois grupos de analistas em formação na SBPRJ?

SBPRJ – A não exigência de um tempo prévio de análise pessoal se estendeu a todos os postulantes à formação e não apenas aos bolsistas, todos sob os mesmos critérios de seleção. Para implementar esse modelo, realizamos uma reforma que estabeleceu o processo de seleção em dois tempos: um período preliminar de dois anos, após o qual o aluno é novamente avaliado para poder ingressar como membro provisório do Instituto de Formação da SBPRJ. A partir do momento em que o candidato à formação é aceito no processo de seleção inicial, deve iniciar a sua análise pessoal como condição para frequentar os cursos.

JP – Quantos bolsistas se inscreveram e quantos entraram para a formação?

SBPRJ – 21 postulantes se inscreveram em cotas sociais/raciais (bolsas); sete foram aprovados com bolsas.

JP – A análise didática costuma implicar o maior custo financeiro para o analista em formação, como está a questão da análise didática no estatuto da SBPRJ?

SBPRJ – Há algum tempo não temos a categoria analista didata, somente membro efetivo e membro efetivo credenciado para funções específicas do Instituto. A análise pessoal pode ser realizada por qualquer membro efetivo.

JP – Quem são os analistas que atenderão os bolsistas? Que compromissos assumem? Há alguma exigência de formação extra para eles ou de algum modo de preparação para tratar das questões raciais em análise ou para pensar as novas questões transferenciais de membros-bolsistas?

SBPRJ – Os bolsistas fazem análise com os membros efetivos da Sociedade que se ofereceram para participar do projeto nos moldes definidos pelo Instituto de formação psicanalítica e a autonomia da dupla é respeitada.

Há uma forte recomendação de participação nos cursos e eventos com temas que envolvam as questões raciais para estudarmos e aprofundarmos a nossa experiência. Como é um projeto inédito, recorreremos à uma consultoria para nos preparar o melhor possível para a recepção e acolhimento dessas pessoas, como também o cuidado e ajustes para o próximo ano com a nova turma.

JP – Entendemos que no projeto de acesso racial e social do instituto da SBPRJ a combinação da flexibilização do valor de sessão de análise está a cargo de cada analista e seu analisando. Como está sendo a abertura por parte dos analistas credenciados para essa flexibilização de valores? Há uma lista de analistas que se dispõem a participar do projeto?

SBPRJ – Sim. Há uma relação de analistas que se dispuseram a participar do projeto analisando e ofereceram supervisão. Os postulantes podem realizar a análise pessoal com os membros efetivos dessa listagem. O valor é acordado pela dupla, considerando a possibilidade financeira do candidato à formação.

JP – Como foi a decisão por esse modelo de análise a baixo custo com valor a ser combinado entre o par analítico? Outras alternativas foram pensadas? Quais e por que foram deixadas de lado?

SBPRJ – Foi a partir de uma solicitação feita aos membros efetivos para a disponibilização de horários para atender um ou mais alunos bolsistas dentro de suas possibilidades.

Ao longo das discussões foi compartilhada a ideia de criarmos um fundo para o pagamento das análises, mas não tivemos propriamente uma proposta nesse sentido, talvez, por não ter havido adesões. Na verdade, foi apresentada uma única proposta que foi acolhida e modificada ao longo das assembleias.

JP – Quando o par analítico não conseguir manter um acordo sobre os honorários ao longo da análise, como isso afetará o analista em formação? Ele terá de interromper sua análise? Qual é o papel da instituição nesses possíveis impasses?

SBPRJ – É uma excelente pergunta. Daqui em diante, o assunto será tratado de acordo com a experiência e com cada situação particularmente. Inicialmente, não consideramos um impasse, tendo em vista que isso poderá acontecer em qualquer análise, pois o analista em formação não perderá a sua

condição de continuar os seus estudos dentro da Instituição e poderá migrar de analista com liberdade. A experiência singular de análise deve ser preservada.

JP – Sabemos que, para além dos elementos formais concretos, o ingresso em uma instituição psicanalítica, por si só, não encerra a totalidade das dificuldades que negros e negras vivem tanto na formação quanto no exercício da psicanálise. A SBPRJ pensou em ações específicas para lidar com esse tema ao longo do processo formativo na instituição?

SBPRJ – Sem dúvida, a aprovação e a realização desse projeto implicam em aceitarmos lidar com dores subjetivas no sentido de entrarmos em contato com os nossos próprios preconceitos e racismo, como também nos deixar tocar pela troca genuína com esses sujeitos e com outros saberes e experiências.

A recepção de alunos bolsistas foi muito aguardada por alguns de nós, mas sabemos que é delicado para eles, que estão chegando em um ambiente novo e desconhecido, e para nós que estamos mobilizados por essa mudança institucional. Portanto, procuramos apoio com uma consultora de relações raciais, Deborah Medeiros, que nos acompanha nessa empreitada, escuta nossas dificuldades, orienta a ação afirmativa e abre os nossos olhos para questões encobertas ou distantes de nossas reflexões. O processo é muito novo e queremos muito que dê certo com vistas nos próximos anos. O mais importante é que há o desejo de inclusão e reparação e estamos construindo fóruns para trabalhar nessa direção.

JP – O tema deste número 101 do JP é “A potência da diferença”, que entendemos ter relação com os fundamentos de projetos como esse da SBPRJ. Para finalizar nossa entrevista, vocês gostariam de falar algumas palavras sobre “A potência da diferença”?

SBPRJ – Mais uma vez, agradeço a oportunidade deste diálogo tão fértil e promissor, com o desejo de alcançarmos outras pessoas e instituições com o mesmo entusiasmo para mudança. Contamos com muitos colegas queridos nessa empreitada, mas quero ressaltar o trabalho fundamental de Wania Cidade, Ney Marinho, Anna-Maria Bittencourt, Ruth Lerner e todas as Comissões do Instituto de formação.

Para falarmos de *potência* será preciso falar de *liberdade*, pois não haverá respeito às diferenças, se não houver liberdade de existir como sujeitos, independentemente da cor da pele ou da escolha sexual. A psicanálise enraizada nas sociedades psicanalíticas também precisa se libertar dos

preconceitos em relação às práticas comunitárias e coletivas, em relação à atuação fora da clínica privada, em relação a receber outros profissionais fora do campo da medicina e da psicologia. É urgente vencermos a inércia imposta pelo silenciamento sobre a ausência de negros e indígenas no convívio entre os nossos pares. Sabemos que a fertilidade do encontro com outras formas de pensamento e culturas só enriquece nossa existência, mas, ainda assim, insistimos e repetimos a violência cotidiana do racismo.

Criar e amadurecer os laços institucionais também é uma prática psicanalítica em extensão da maior importância, além das comunidades, favelas e escolas. A potência da diferença está situada nesse ponto de encontro e entrelaçamento, nessa “Encruza”, termo que aprendi com o Prof. Deivison Mendes Faustino, nas aulas sobre a obra de Frantz Fanon. Situar-nos nas encruzilhadas entre *a clínica implicada e as políticas da subjetividade, entre o individual e o coletivo, entre o amor e o ódio, entre a guerra e a paz*. Que a liberdade e a humanidade do outro não represente uma ameaça. Como diz a canção de Nei Lopes: *Oh! Senhora Liberdade abre as asas sobre mim!*